

10º Encontro da ABCP

30 de agosto a 02 de setembro de 2016

Belo Horizonte/MG

Área Temática: Cultura Política e Democracia

Democracia, cultura política e etnia: relações entre acesso a serviços públicos e comportamento político dos brasileiros

Daiana Lopes Dias (IFSul-CAVG)

Bianca de Freitas Linhares (UFPel)

Resumo: O estudo da Cultura Política dos diferentes grupos étnicos presentes no Brasil é uma temática pouco explorada no país. Em parte, isso ocorre pelo fato de ser recente a inclusão das declarações étnicas/raciais em alguns bancos de dados e documentos analisados e por ser a politização racial uma forma recente de análise. O objetivo do presente paper é comparar atitudes e comportamentos políticos das principais etnias/raças presentes no país na relação entre o acesso a serviços públicos e o apoio e a satisfação com a democracia no Brasil. Para alcançar o objetivo apresentado são utilizados dados de pesquisa realizada pela Corporación Latinobarómetro no ano de 2011 cuja amostra é representativa de toda a população brasileira. Verificou-se que, embora haja apoio à democracia de todas etnias/raças, não se podem negar os percentuais de atitudes ambivalentes de alguns grupos. Ao mesmo tempo, constatou-se que grupos étnicos com maior percepção de dificuldade de acesso aos serviços públicos tendem a apresentar mais apoio à democracia no Brasil.

Palavras-chave: Cultura Política; Democracia; Etnia/Raça; Serviços Públicos.

Introdução

O tema a respeito da questão racial é pouco observado na Ciência Política, o mesmo incide no que se citam ao estudo da Cultura Política dos diferentes grupos étnicos presentes no Brasil. De modo geral os estudos científicos ponderam o comportamento dos brasileiros sem apreciar suas diferenças étnicas/raciais e suas as possíveis diferenças culturais. Isso ocorre pelo fato de ser recente a inclusão das declarações étnicas/raciais em alguns bancos de dados e documentos analisados, e por ser a politização racial uma forma recente de análise.

Esse estudo foi realizado com base na Cultura Política tendo como desígnio solucionar o seguinte problema: Qual é o efeito da percepção sobre o acesso aos serviços públicos no comportamento político dos principais grupos étnicos do Brasil? Entende-se que a Cultura Política pode auxiliar a resolver questões concernentes a evidências empíricas, além de contemplar informações subjetivas de forma a usá-las para compreender indagações acerca da estabilidade do regime democrático.

O conceito de Cultura Política prezado nesse trabalho tem sua fundamentação na obra de Almond e Verba (1963) “Cultura Cívica”, onde a Cultura Política é compreendida como o conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que orientam o comportamento de uma pessoa ou grupo em direção a uma determinada posição política. Concluímos igualmente que a Cultura Política está relacionada à definição de comportamentos, pois ela resulta do atrelamento de modelos de comportamentos adquiridos socialmente por meio de padrões de convívio e difusão de costumes, conhecimentos e ideias.

Procurando resolver o problema de pesquisa, temos como objetivo comparar o comportamento político de brancos, indígenas e negros na relação entre o acesso a serviços públicos e o apoio e a satisfação com a democracia no Brasil.

Avaliando que tanto a composição social como a conjuntura institucional podem influir no comportamento político dos cidadãos brasileiros, em relação ao apoio e à satisfação com a democracia, é que esse trabalho parte da hipótese de que: Os grupos étnicos, com maior percepção de dificuldade de acesso aos serviços públicos tendem a apresentar mais atitude ambivalente com relação à democracia.

Este estudo utiliza dados obtidos junto à *Corporación Latinobarómetro*, Organização Não Governamental sem fins lucrativos localizada em Santiago de Chile. Essa organização iniciou suas pesquisas em 1985. Os dados usados obedecem à amostragem probabilística de 2011, a partir dos 1.204 entrevistados no Brasil pelo IBOPE. A pesquisa tem o total de representatividade de 100% da população e erro amostral de +/- 2,8%.

De posse da amostragem probabilística foram escolhidas as questões referentes às variáveis de sustentação da democracia – apoio e satisfação –, as questões indicativas às

variáveis de acesso a serviços públicos – educação, segurança, trabalho e justiça – e ainda a variável da declaração étnica do entrevistado.

O método de pesquisa usado nesse artigo é o estatístico, apoiado em uma análise com cruzamento, com o teste do qui-quadrado, tendo em vista que para testar os resultados e solucionar o problema de pesquisa serão realizados os cruzamentos com as variáveis de declaração étnica dos entrevistados buscando a verificação de associação entre os dados.

Estiveram estimados para a análise apenas os grupos étnicos afirmados “brancos”, “indígenas” e “mulatos e negros”, conforme o IBGE. Optou-se por juntar os percentuais de mulatos e negros, pois pertencem ao mesmo grupo afrodescendente. Quanto aos declarados “asiáticos”, “outras raças”, “não sabem” e “não respondem”, estes foram excluídos da análise por não atenderem aos objetivos da pesquisa, além de apresentarem um percentual muito pequeno de entrevistados, podendo comprometer a análise.

O paper está estruturado em três partes, além desta Introdução e da Conclusão. A primeira parte apresenta o conceito de Cultura Política, base teórica deste trabalho. Na segunda parte trazemos uma breve digressão sobre a formação étnica no Brasil e a classificação racial. Os dados empíricos e seus testes são apresentados na terceira parte, onde trazemos mais elementos acerca da metodologia aqui utilizada. Por fim, nas Conclusões resumizamos os principais achados deste paper.

1. Cultura Política

A Cultura Política é o conjunto de crenças, normas, valores e sentimentos políticos que orientam o comportamento de um indivíduo e/ou grupos de certa sociedade para um determinado posicionamento político. Fazem referência às orientações políticas, às atitudes com o sistema político, com suas partes e com seu papel nesse sistema político (ALMOND e VERBA, 1963). Esse conceito constitui-se a partir das obras de Almond e Verba, *The Civic Culture: political attitudes and democracy in five nations* (1963) e *The Civic Culture Revisited* (1989). Embora o tema fosse abordado por outros autores anteriormente, como Aristóteles, Montesquieu, Rousseau, Tocqueville (ALMOND e VERBA, 1989) o conceito não havia sido analisado de forma normativa até os estudos desses autores. Almond e Verba (1963, 1989) trouxeram para análise da política elementos subjetivos e uma técnica de análise comparada com método estatístico e interdisciplinar, além de estudos empíricos.

Os autores se referem à Cultura Política como uma orientação psicológica para os objetos sociais. A Cultura Política de uma sociedade, referenciada por eles, está relacionada ao sistema político internalizado nas suas cognições, sentimentos e avaliações da população. Dessa forma, a Cultura Política vai se constituir por meio de uma socialização, assim a

“Cultura Política é a distribuição particular de padrões de orientação política a objetos políticos entre os membros da nação” (ALMOND e VERBA, 1963, p. 14-15, tradução nossa¹).

Portanto, ao trazer para análise política elementos subjetivos, Almond e Verba (1963) apresentam três tipos de orientações, pois defendiam que antes de abordar as distribuições particulares era necessário avaliar de alguma maneira sistemática as orientações individuais conforme os objetos políticos. As orientações eram definidas por eles como “aspectos internalizados dos objetos e relacionamentos” (ALMOND e VERBA, 1963, p. 15). Seriam eles:

1) “orientação cognitiva”, que é o conhecimento e a crença sobre o sistema político, seus papéis e os titulares dessas funções, seus inputs e outputs; 2) “orientação afetiva” ou sentimentos sobre o sistema político, seus papéis, pessoas e desempenho, e 3) “a orientação avaliativa”, os juízos e opiniões sobre objetos políticos que geralmente envolvem a combinação de padrões de valores e critérios com informações e sentimentos (ALMOLD e VERBA, 1963, p. 15).

O objetivo de Almond e Verba com essa classificação era verificar de que forma as pessoas são norteadas a objetos políticos e como esses objetos influenciam na tomada de decisão e na aplicação da política. A Cultura Política torna-se a presença de diferentes tipos de orientações cognitivas, afetivas e avaliativas em relação ao sistema político em geral. Essas orientações, em consonância com a cultura de cada país dariam origem a três diferentes tipos de Cultura Política: paroquial, súdita e participante (ALMOND e VERBA, 1963). Dessa forma, a Cultura Política de uma sociedade adequada para os surgimento e sustentação do regime democrático estaria pautada na relação da participação moderada dos cidadãos na política com a atitude do público de massa diante dos políticos – governantes (MOISÉS, 1995). Assim o estudo de Almond e Verba (1963) estabeleceria uma relação condicional entre a estabilidade da democracia de uma sociedade e a Cultura Cívica. “O comportamento ideal combinaria ativismo racional e uma boa dose de confiança no sistema e naqueles que o conduzem” (RIBEIRO, 2011, p. 31).

Almond e Verba (1963) procuravam com esse estudo compreender o papel da Cultura Política na sustentação do regime democrático. Buscaram observar a coesão entre os valores, sentimentos, crenças e as instituições políticas, para averiguar em que grau o comportamento político dos indivíduos se ajustava com o sistema político.

Embora reconhecendo a pertinência do trabalho de Almond e Verba (1963, 1989) alguns autores questionaram o determinismo cultural de sua teoria, haja vista que tanto a participação política como o apoio ao sistema estariam condicionados à Cultura Política de uma dada sociedade. A estabilidade do sistema democrático dependeria da cultura cívica (BAQUERO e PRÁ, 2007).

¹ Todas as traduções são de nossa responsabilidade.

Contudo, Amond e Verba (1963) tentavam se afastar desse determinismo cultural, na medida em que sua teoria supõe que há uma influência mútua entre as instituições e a cultura, pois os valores de um cidadão interferem nas suas escolhas e, por conseguinte, na escolha e confiança em instituições de modo positivo (favorecendo sua manutenção) ou negativo (provocando sua mudança) (MOISÉS, 2008). Dessa forma, a Cultura Política equivale à “influência recíproca entre ação e crenças políticas” (RUSTOW, 1979 *apud* MOISÉS, 1995, p. 97).

Do mesmo modo, entendendo que a Cultura Política tem uma relação mútua com a estrutura institucional, considerando que o desempenho das instituições pode modificar a Cultura Política e vice-versa é que esse trabalho busca verificar a relação do acesso aos serviços públicos com o comportamento político de brancos, indígenas e negros no Brasil.

Pondera-se nesse estudo que o comportamento político resulta da Cultura Política, pois esta é percebida como “uma articulação de padrões de comportamentos apreendidos socialmente através de processos de transmissão de tradições e idéias” (BENEDICT *apud* KUSCHINIR e CARNEIRO, 1999, p. 228). Além disso, a Cultura Política está ligada ao contexto histórico, tendo em vista que o mesmo pode influir na Cultura Política de um cidadão além de estar relacionado com o processo de socialização de cada indivíduo. Baquero e Prá (2007) consideram pertinente avaliar o desenvolvimento histórico de cada sociedade para, assim, vislumbrar de que forma os fatores históricos influem ou na manutenção do sistema democrático ou na sua transformação.

Quanto à atitude ambivalente será considerada nesse trabalho a tipologia criada por Moisés (2008, p. 23) onde

foram considerados ambivalentes os entrevistados que concordando que “a democracia é o melhor sistema de governo”, preferiram, na segunda questão, as alternativas relativas a um “governo autoritário em algumas circunstâncias” e “tanto faz um regime democrático ou autoritário”; também quem concordou com a afirmação de que “a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo”, na segunda questão, mas discordou de que “A democracia pode ter problemas, mas é o melhor sistema de governo”, na primeira questão, foi computado como ambivalente.

Tendo em vista que esse estudo se propõem a analisar o comportamento político dos brasileiros segundo a sua declaração étnico-racial e conjecturando que haja uma relação no acesso aos serviços públicos dos grupos étnicos-raciais brasileiros analisados, trazemos também para o debate o conceito de pós-materialismo entendendo que os fatores econômicos junto ao conjunto de novos valores e normas culturais podem influir no comportamento desses grupos. Assim o pós-materialismo é de acordo com Inglehart (*apud* RIBEIRO 2011, p. 77) “um conjunto de metas que são buscadas depois de alcançada a segurança material e apenas porque ela foi alcançada”. Trazemos essa discussão para esse trabalho tendo em vista que há uma relação entre pós-materialismo e a consolidação da democracia.

Atendendo ao que dizem Baquero e Prá (2007), no próximo tópico fazemos uma breve ilustração de como o conceito de raça se constituiu e de que forma esse conceito teve influência na compreensão da formação étnica do Brasil. Esse tópico pode nos ajudar a compreender o comportamento dos grupos étnicos/raciais estudados nesse paper, haja vista que concordamos que a Cultura Política deve ser compreendida a partir do desenvolvimento histórico de cada sociedade. Além disso, nesse trabalho ponderamos que a Cultura Política de uma sociedade e/ou indivíduo sofre mútua influência e dessa forma podemos apreciar que há uma relação do comportamento dos grupos étnicos/raciais com sua experiência com as instituições, da mesma maneira que a relação desses grupos étnicos com as instituições tem influência no desenvolvimento histórico.

2. Classificação racial e fragmento histórico da formação étnica do Brasil

Considerando que o presente artigo aborda a possibilidade de diferença de comportamento político entre três grupos étnicos/raciais brasileiros (brancos, indígenas e negros) a partir da experiência dos mesmos com as instituições políticas – aqui compreendidas como definidoras de serviços públicos – faremos uma breve exposição de como se construíram os grupos étnicos/raciais brasileiros. Da mesma maneira, vamos apresentar algumas teorias acerca da classificação racial, tendo em vista que essa classificação representou um adiamento do acesso a alguns serviços públicos por parte de alguns grupos étnicos/raciais e, por conseguinte, atrasou (ou negativamente) a experiência dos mesmos com as instituições.

A matriz étnica/racial brasileira tem sua formação em três grupos étnicos/racial-cultural. Os indígenas, grupo nativo do Brasil, os negros, trazidos da África para a utilização do seu trabalho de maneira escrava, e os europeus – portugueses e outros – vindos para colonizar e ocupar o território (RIBEIRO, 1995).

Entretanto a história nos mostra que ao longo do tempo outros grupos étnicos/raciais migraram para o Brasil como italianos, alemães, poloneses, japoneses, entre outros, que hoje fazem parte da formação do povo brasileiro. No entanto, neste paper optou-se por trabalhar apenas com três grupos - brancos, indígenas e negros, que são os que, segundo literatura, formaram a população brasileira (RIBEIRO, 1995).

No que corresponde às correlações desse contexto histórico com o acesso desse grupo aos serviços públicos podemos participar que o grupo dos brancos teve seu acesso facilitado por representar o grupo étnico/racial que submeteu os outros grupos ao seu jugo. Além disso, com a imigração esse grupo realizava trabalho assalariado. “Essa mão-de-obra estrangeira, concentrada quase totalmente em São Paulo, nos estados do Sul e no Rio de Janeiro, dominou a oferta de mão industrial e artesanal, alijando completamente do mercado a população negra e mestiça” (GUIMARÃES, 2001, p. 123).

Nos séculos XIX e XX, a sociedade brasileira passou por um significativo crescimento populacional decorrente do aceleramento urbano o que resultou em uma maior concentração de renda, dessa forma “a desigualdade jogou à margem da sociedade a maioria dos brasileiros, sobretudo a população negra” (SANTOS, 2009, p. 16). Assim, podemos vislumbrar como o acesso dos negros a bens e serviços foi dificultado, visto que nesse momento histórico: “No topo da pirâmide social ficaram os brancos letrados, donos de terra, com direito a voto e a manifestar livremente sua opinião. Na base, todos não brancos, sem nenhum tipo de posse e sem escolaridade” (SANTOS, 2009, p. 16).

Diferente do que ocorreu com o grupo dos brancos, o grupo dos negros desde a sua chegada ao Brasil teve seu acesso aos serviços dificultados, primeiro pela escravidão, pois não tinham direito algum, apenas deveres. Após o fim da escravidão o governo tomou a “decisão de não se promover a massa de ex-escravos com técnicas sociais e recursos materiais que lhes permitissem usufruir as novas oportunidades” (SOUZA, 1971, p. 62). Dessa forma, os negros não tiveram serviços básicos garantidos como alimentação e moradia (QUIJANO, 2005). Em segundo lugar, a opção do governo pela imigração, mais uma vez impediu os grupos não brancos – entre eles os indígenas e os negros – de competirem de forma igualitária no mercado de trabalho assalariado. Do mesmo modo, a imigração, impediu que o negro competisse por melhores posições sociais, amparado no mito da “democracia racial” que, baseada na assimetria racial, não permitia a igualdade de oportunidade aos outros grupos étnicos (SOUZA, 1971). Pois, como poderia competir em igualdade o negro e o indígena, sem uma qualificação, sem oportunidade e até mesmo sem saber ler e escrever?

A conjuntura do grupo dos indígenas é semelhante à dos negros, pois as dificuldades de acesso ao trabalho assalariado foram análogas devido à exposição ao trabalho escravo, à falta de qualificação técnica e de escolaridade, sem falar da falta de oportunidades em si (havia a compreensão de que muitos trabalhos só poderiam ser desempenhados por brancos). Estamos nos referindo àqueles indígenas que tentaram ou foram obrigados a se adequar às normas culturais a eles impostas. Há ainda os grupos indígenas que, ainda hoje, buscam manter suas tradições e, com isso, tentam um afastamento em relação à sociedade envolvente.

Esse tratamento dado aos grupos étnicos/raciais estava baseado no eurocentrismo que determinava que as etnias não brancas e não europeias eram inferiores às etnias brancas e europeias. Nesse contexto surgiu a ideia de raça, pois servia para justificar a superioridade dos colonizadores sobre os colonizados, com a finalidade de legitimar sua autoridade e poder, e justificar a posse do território (QUIJANO, 2005).

Foi com a prática colonial que se iniciou as categorizações raciais, ou seja, o conceito de raça tem sua origem na colonização da América por Cristóvão Colombo. Foi o contato com novas culturas e novos povos que levou os colonizadores a classificá-los em índios, negros,

brancos, mestiços. Com o passar do tempo essa classificação racial passou a representar a posição social (QUIJANO, 2005).

A caracterização racial teve reflexo na estrutura de controle do trabalho, pois definiu que raça seria apta para determinada tarefa. Isso ocorreu claramente com os índios e os africanos submetidos a trabalhos escravos e de baixa remuneração e não assalariado, ao contrário dos imigrantes – por serem brancos eram privilegiados com trabalho pago. Gerou-se uma estrutura de remuneração de trabalho desigual, visto que as raças não remuneradas tiveram negado o seu acesso aos bens de consumo e, conseqüentemente a uma série de direitos como moradia, educação, saúde e participação política como direito ao voto (QUIJANO, 2005). Suscitou-se uma desigualdade econômica e social entre os grupos étnicos que perdura no Brasil até a atualidade e que pode influenciar o comportamento político do cidadão brasileiro indígena e afro-brasileiro em comparação ao cidadão branco.

Essas classificações estavam embasadas em uma explicação biológica, que servia para justificar a inferioridade dos grupos brancos sobre os não brancos em virtude de suas diferenças culturais, intelectuais e físicas, como a pigmentação da pele. Determinismo que foi questionado e rejeitado após a Segunda Guerra Mundial, tendo em vista que servia apenas para justificar o racismo, pois não tinha fundamento científico (GUIMARÃES, 2003).

Dessa forma, cientistas buscaram outras teorias para solucionar as questões acerca das classificações étnicas/raciais, entendendo-a como um conceito instituído a partir de uma construção social que pode modificar de acordo com a cultura e ocorrência histórica de cada sociedade (GUMARÃES, 2003).

Essa conjuntura foi apresentada nesse artigo com o objetivo de fornecer elementos passíveis da compreensão das postuladas diferenças de comportamento político dos grupos étnicos/raciais analisados – brancos indígenas e negros. A partir da compreensão desses acontecimentos é possível vislumbrar de que forma o contexto histórico da sociedade brasileira pode ter influenciado no comportamento político de cada grupo étnico/racial, almejando dessa forma “uma tentativa de compreender, à luz do resgate da trajetória histórica de uma nação, como sua Cultura Política é formada [...] para tentar mudar para melhor” (BAQUERO e PRÁ, 2007, p. 18).

Não é intenção desse trabalho, abordar as diversas teorias sobre os conceitos de etnia e raça, mas apresentar a conjuntura de como se deu essa classificação, bem como o motivo dessa classificação, para entender como se deu a escolha dos três grupos étnicos/raciais para esse artigo.

3. Relações entre etnia/raça, acesso a serviços e apoio à democracia

Este artigo utiliza informações obtidas no banco de dados da *Corporación Latinobarómetro* e de posse da amostragem probabilística de 2011, foram selecionadas as

questões indicativas das variáveis de sustentação da democracia – apoio e satisfação – e as questões referentes às variáveis de acesso a serviços públicos – educação, segurança, trabalho e justiça – e ainda a variável da declaração étnica do entrevistado.

Estimamos para o estudo apenas os grupos étnicos/raciais declarados “brancos”, “indígenas” e “mulatos e negros”. Como comentado anteriormente, preferiu-se por unir os percentuais de mulatos e negros, pois concernem ao próprio grupo afrodescendente.

As questões selecionadas para representar as variáveis de sustentação da democracia foram as questões: P13, *¿Con cuál de las siguientes frases está Ud. más de acuerdo: “La democracia es preferible a cualquier otra forma de gobierno”; “En algunas circunstancias, un gobierno autoritario puede ser preferible a uno democrático”; “A la gente como uno, nos da lo mismo un régimen democrático que uno no democrático”, P14, .A En general, ¿diría Ud. que está muy satisfecho, más bien satisfecho, no muy satisfecho o nada satisfecho con el funcionamiento de la democracia en (país)?*

Para a variável correspondente à declaração étnica foi usada a questão: S27. *¿A qué raza se considera perteneciente Ud.? Asiático; Negro; Indígena; Mestizo, Mulato, Blanco.*

Quanto às variáveis acerca dos serviços públicos foram selecionadas as questões: S21. *¿Qué estudios ha realizado? ¿Cuál es el último año cursado ¿Escuela técnica de qué, instituto de qué..., etc.?, para a variável de educação; S23A. ¿Cuál es su situación ocupacional actual? Independiente/cuenta propia; Asalariado en emp. Pública; Asalariado en emp. Privada; Temporalmente no trabaja; Retirado/pensionado; No trabaja/ responsable de las compras y el cuidado de la casa, Estudiante, para a variável de trabalho, P80ST.A *¿Ha sido Ud.(1) o algún pariente (2) asaltado, agredido, o víctima de un delito en los últimos doce meses?, para variável de segurança e P56N. ¿Cuáles de las siguientes políticas públicas lo han beneficiado a Ud. y a su familia, mejorando su situación? (La política de justicia) para a justiça.**

Com o processo de redemocratização no Brasil após 1985, muitos trabalhos voltaram-se para o estudo da sustentação da democracia, haja vista que havia uma dúvida quanto a sua manutenção, pois o país estava passando por uma transição do período ditatorial para o período democrático. Entre os trabalhos temos os teóricos que utilizaram a Cultura Política para compreender o momento pelo qual o Brasil estava passando (BAQUERO e PRÀ, 2007; BAQUERO, 2003, 2002; MOISÉS, 2010, 2008, 1995).

No entanto, estudos como os de Moisés e de Baquero demonstram que apenas a Cultura Política não consegue solucionar todos os problemas presentes na sustentação do regime democrático no Brasil. Por esse motivo, esses autores defendem a influência mútua entre as instituições e a cultura no comportamento, logo, na atitude de um cidadão, de modo que ambas podem influir na tomada de decisão dos indivíduos e na sustentação de um regime de uma dada sociedade, a partir das experiências dos cidadãos com as instituições e com a sua socialização ao longo da vida.

Nesse sentido, para a análise da sustentação consideraremos duas variáveis de apoio e satisfação. Apoio aqui baseado na teoria que o compreende como legitimidade do sistema político democrático e a confiança, pois é representado pela crença que os cidadãos têm no sistema, entende que o sistema democrático é preferível a outro (EASTON, 1974). Mais precisamente apoio difuso, que são as atitudes de concordância da população no que confere ao sistema político de modo geral, é o apoio em si ao regime vigente de um país (EASTON, 1974; MOISÉS, 1995).

Quanto à satisfação está baseada na teoria de apoio específico, que é a satisfação das pessoas em relação ao sistema político de um país a partir da obtenção de resultados e do desempenho dos governantes. Está relacionado à avaliação que os cidadãos fazem das autoridades e das instituições a partir de sua experiência empírica com os mesmos (EASTON, 1975).

Dessa forma, considerando a Tabela 1 e a Tabela 2 podemos conferir os índices de apoio e satisfação ao regime democrático, ou seja, a confiança e avaliação que os três grupos étnicos/raciais estudados (brancos, indígenas e negros), atribuem ao regime democrático brasileiro.

Tabela 1
Apoio à democracia por etnia-Com qual das seguintes frases você está mais de acordo? (%)

	Negro	Indígena	Branco
A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo.	53,8	42,9	44,9
Em algumas circunstâncias é preferível o governo autoritário	17,1	21,4	28,2
Dá no mesmo um regime autoritário ou democrático.	29,1	35,7	26,8
Total	100	100	100
N	299	14	414

Fonte: Dados com base em Latinobarómetro (2011).
p<0,05

Como podemos observar na Tabela 1, o grupo dos negros são os que mais apoiam o regime democrático, à medida que o grupo dos brancos apresenta quase 9 pontos percentuais a menos de apoio em relação aos negros e o maior percentual para em algumas circunstâncias ser preferível um governo ditatorial. Já os indígenas apresentaram o maior percentual de indiferença quanto ao regime político no país.

Ainda que não encontremos entre o grupo dos negros percentual de “não apoio” (17,1% + 29,1% = 46,2%) superior ao de “apoio” (53,8%), podemos diagnosticar que é bem expressivo esse número.

Tabela 2

Satisfação com a democracia por etnia – Em geral, você diria que está muito satisfeito, satisfeito, não muito satisfeito ou nada satisfeito com o funcionamento da democracia no país? (%)

	Negro	Indígena	Branco
Satisfeito	32,3	31,3	42,8
Insatisfeito	67,7	68,8	57,2
Total	100	100	100
N	344	16	549

Fonte: Dados com base em Latinobarómetro (2011)

p<0,05

Em relação à satisfação, os dados da Tabela 2 demonstram que o grupo dos brancos está mais satisfeito com a democracia que os outros grupos. Enquanto que o grupo dos indígenas e dos negros apresentam os maiores percentuais de insatisfação, praticamente empatados. O que se assemelha ao percentual geral de satisfação e insatisfação dos brasileiros, pois de acordo com os dados analisados estes apresentam 38,6% para satisfação e 61,4% para insatisfação com o regime democrático.

Nesse caso concluímos que, embora os diferentes grupos étnicos apoiem o regime democrático, eles estão insatisfeitos com a democracia.

É observável pelos dados da Tabela 1 e os recém referenciamos da Tabela 2, que existe uma diferença de atitude em relação ao apoio desses grupos para com a democracia e a satisfação. Se somarmos os percentuais de “em algumas circunstâncias é preferível um governo autoritário” e “dá no mesmo um regime autoritário ou democrático” dos grupos étnicos dos brancos (28,2% + 26,8% = 55%) e dos indígenas (21,4% + 35,7% = 57,1%) veremos que superam os percentuais de “apoio ao regime”. Nesse sentido, esse percentual levanta uma dúvida quanto à legitimidade do regime democrático e sua sustentabilidade. De acordo com Moisés (1995) isso pode ocorrer por diversas razões, entre elas as desigualdades econômicas e sociais característica da sociedade brasileira.

Se analisamos esses dados ainda pela perspectiva de José Álvaro Moisés (2008) quanto à atitude ambivalente é possível conjecturar a partir da Tabela 3, que o grupo dos brancos e indígenas apresentam uma atitude ambivalente pois apóiam o regime democrático no entanto em algumas circunstâncias preferem um regime autoritário a um democrático e em outros momentos tanto faz um regime autoritário ou democrático.

Tabela 3

Atitude Ambivalente segundo etnia/raça (%/N)

	Negro	Indígena	Branco
Apoio à democracia	53,8 (299)	42,9 (14)	44,9 (414)
Insatisfação com a democracia	67,7 (344)	68,8 (16)	57,2 (549)

Fonte: Dados com base em Latinobarómetro (2011).

Assim compreendemos que a satisfação é decorrência da avaliação que os cidadãos fazem do desempenho do governo e/ou do Estado e da capacidade das autoridades em resolver os problemas da sociedade. Podemos sugerir que a insatisfação dos brasileiros estaria relacionada, entre outras questões, ao não acolhimento do governo democrático às demandas dos brasileiros, ou seja, a insatisfação com os serviços públicos e com as instituições resultaria na insatisfação com o regime vigente. Desta forma a Tabela 3 apresenta-nos o comportamento/atitude ambivalente dos grupos étnicos/raciais analisados

Os dados das Tabelas 4, 5 e 6 trazem subsídios para verificar essa hipotética relação entre as diferenças de comportamento dos brancos, indígenas e negros e o acesso aos serviços públicos com as variáveis de sustentação do regime democrático.

Tabela 4
Acesso à educação por etnia – Que estudos realizou? (%)

	Negro	Indígena	Branco
Não estudou	13,3	16,7	7,2
Ensino Fundamental, Médio e Técnico	69,4	55,6	63,9
Universitário incompleto e completo	22,8	27,8	29,0
Total	100	100	100
N	360	18	585

Fonte: Dados com base em Latinobarômetro (2011)

Quanto ao acesso aos serviços públicos podemos observar a partir da Tabela 4 que os indígenas possuem os maiores percentuais para não estudou, enquanto que o grupo dos brancos tem o menor percentual. Tais dados nos levam a crer que os brancos podem ter percepção diferenciada de acesso à educação em relação aos indígenas. Os negros possuem os maiores percentuais para o ensino fundamental, médio e técnico. Dessa forma, podemos ajuizar que a escolarização de um cidadão reflete os efeitos de uma exclusão social e pode influenciar o apoio ao regime democrático (MOISÉS, 1995).

Tabela 5
Acesso à segurança por etnia – Você e sua família foram vítimas de delito no último ano? (%)

	Negro	Indígena	Branco
Sim	30,4	38,9	30,1
Não	69,6	61,1	69,9
Total	100	100	100
N	355	18	581

Fonte: Dados com base em Latinobarômetro (2011)

$p > 0,05$

Os percentuais aqui apresentados na Tabela 5 nos mostram que não há associação entre a etnia e o acesso à segurança. Os percentuais estão muito próximos entre o grupo dos brancos e dos negros, assim têm a mesma percepção de acesso à segurança. Enquanto que, o grupo dos indígenas se destaca um pouco mais, com 38,9% de pessoas que sofreram algum ato de violência no período citado.

Tabela 6
Acesso ao emprego por etnia – Qual sua situação ocupacional atual? (%)

	Negro	Indígena	Branco
Autônomo	43,6	33,3	34,9
Assalariado	23,1	16,7	26,6
Não trabalha	20,8	27,8	21,4
Pensionista	9,7	16,7	12,8
Estudante	2,8	5,6	4,3
Total	100	100	100
N	360	18	585

Fonte: Dados com base em Latinobarómetro (2011)
p>0,05

Mais uma vez não encontramos associação entre o acesso ao trabalho e a etnia. Ambos os grupos apresentaram os maiores percentuais para trabalho autônomo. O grupo dos brancos e negros têm como segundo e terceiro percentual o trabalho assalariado e o não trabalha. Dessa forma, eles têm a mesma percepção de acesso ao trabalho. As posições se invertem no grupo dos indígenas, pois o segundo percentual está em não trabalha e o terceiro em trabalho assalariado, logo é o grupo étnico com percepção de acesso ao trabalho diferenciada.

Quando perguntado aos entrevistados a quais políticas públicas eles tinham acesso, a maioria dos grupos respondeu que não ter acesso a nenhuma política pública. Mas, quando selecionadas as opções (como justiça) podemos observar, no que confere a justiça, que os negros são os que mais mencionam não ter acesso a esse serviço. E mesmo quando se menciona o acesso, o seu índice é menor do que nos demais grupos. Mas de forma geral, todos os grupos têm dificuldades para acessar a justiça, conforme a Tabela 7.

Tabela 7: Acesso à justiça por etnia (%)

	Negro	Indígena	Branco
Não menciona	90,6	88,9	90,3
Menciona	9,4	11,1	9,7
Total	100	100	100
N	360	18	585

Fonte: Dados com base em Latinobarómetro (2011).
p>0,05

A partir dos dados anteriormente apresentados, trazemos a seguir os resultados sobre apoio e satisfação com a democracia a partir do cruzamento da etnia com o acesso aos diferentes serviços públicos, cujos dados foram selecionados a partir dos resultados mais expressivos das tabelas anteriores. A Tabela 8 mostra o apoio à democracia com o cruzamento dos serviços segundo etnia dos entrevistados.

Tabela 8: Democracia é preferível a qualquer forma de governo – acesso a serviços por etnia (% - n)

	Negro	Indígena	Branco	p
Com acesso à EDUCAÇÃO	67,5 (83)	100 (4)	38,0 (129)	<0,05
TRABALHO autônomo	55,7 (131)	20,0 (5)	44,4 (180)	<0,05
SEGURANÇA – não vítima	54,8 (208)	50,0 (8)	45,0 (351)	<0,05
Sem acesso à JUSTIÇA	55,1 (272)	38,5 (13)	44,3 (461)	<0,05

Fonte: Dados com base em Latinobarómetro (2011).

De modo geral, os grupos étnicos que declararam ter acesso à educação apoiam a democracia. Pode-se destacar o grupo dos brancos, uma vez que afirmam ter acesso à educação, mas possuem o menor percentual de preferência à democracia. Dentre os grupos analisados no item de acesso ao trabalho (no caso sendo autônomo), o grupo dos negros se destaca por apoiar majoritariamente a democracia, sendo que os demais grupos apresentam baixo apoio. Sobre o acesso à segurança, pode-se dizer que os três grupos indicam uma percepção de acesso a esse serviço (uma vez que não foram vítimas de delito), apoiando a democracia, embora a maioria do grupo dos brancos não apoie a democracia. Sobre a falta de acesso, a partir daqueles que preferem a democracia, percebe-se que os negros são os que mais indicam falta deste serviço, representando mais da metade desse grupo étnico/racial.

Na tabela seguinte trazemos os dados a partir do posicionamento de satisfação com a democracia.

Tabela 9: Está satisfeito(a) com a Democracia – acesso a serviços por etnia (% - n)

	Negro	Indígena	Branco	p
Sem acesso à EDUCAÇÃO	28,1 (256)	45,5 (11)	41,1 (411)	<0,05
TRABALHO autônomo	33,1 (148)	20,0 (5)	45,4 (196)	<0,05
SEGURANÇA – não vítima	35,9 (237)	30,0 (10)	45,6 (377)	<0,05
Sem acesso à JUSTIÇA	31,4 (315)	33,3 (15)	43,1 (496)	<0,05

Fonte: Dados com base em Latinobarómetro (2011).

A Tabela 9 mostra que, mesmo sem acesso à educação, grande parte dos indígenas e dos brancos estão satisfeitos com a democracia. O menor percentual de satisfação é que não tem acesso à educação apresenta-se entre os negros. Verificando os entrevistados que exercem trabalho autônomo percebe-se que o percentual de satisfação com a democracia é maior entre o grupo dos brancos (e mesmo nesse, o percentual não representa a maioria). Dentre aqueles que não foram vítimas de delito bem como os respondentes que declaram não ter acesso à justiça, ocorre o mesmo que com o acesso ao trabalho autônomo.

Assim, com os dados das tabelas 8 e 9, arriscamos definir os brasileiros dos diferentes grupos étnicos/raciais como apresentando comportamento ambivalente, com destaque para os negros. Este grupo é o que mais apoia a democracia, no entanto, não está satisfeito com essa forma de governo, possivelmente por possuir dificuldades para acessar os diferentes serviços que a própria democracia deveria oferecer.

Conclusão

Com a análise dos dados apuramos que o grupo dos brancos é o mais satisfeito com a democracia. Comportamento dessemelhante entre indígenas e negros, que são os mais insatisfeitos, embora o percentual de satisfação com a democracia não possa ser considerado baixo. A maior porcentagem de insatisfação é, muito possivelmente, justificada pela dificuldade de acesso aos serviços públicos.

Quanto ao apoio à democracia brasileira por etnia, foi averiguado que todos os grupos apoiam a democracia, mas os grupos dos indígenas e dos brancos apresentaram uma “atitude ambivalente” (“em algumas circunstâncias um governo autoritário é preferível a um governo democrático” e “dá no mesmo um governo autoritário ou democrático”). Enquanto que o grupo étnico dos negros demonstrou mais apoio à democracia, o grupo étnico dos brancos foi o mais favorável a um regime ditatorial.

A hipótese de que os grupos étnicos, com maior percepção de dificuldade de acesso aos serviços públicos tenderiam a apresentar maiores taxas de atitude ambivalente com relação à democracia não foi confirmada, haja vista que os dados mostraram que o grupo étnico que mais demonstrou atitude ambivalente foi o grupo étnico dos brancos ao mesmo tempo que foi o grupo com menos percepção de dificuldade de acesso aos serviços públicos. Enquanto que os negros são os que mais apoiam a democracia mesmo quando informaram não ter acesso aos serviços públicos, exceto nos casos de “não acesso à justiça e trabalho” onde apresentam uma atitude ambivalente. Comportamento esse identificado apenas nesses dois momentos do estudo nesse grupo. Já o grupo dos indígenas demonstrou um comportamento mais próximo dos brancos, mas com menor frequência. Diferente do grupo dos brancos, essa atitude aparece mais quando os entrevistados que se declararam indígenas informaram não ter acesso aos serviços públicos. Quando analisados os dados de acesso o comportamento foi de apoio à democracia na maioria das tabelas, com exceção dos que informaram acesso à justiça.

Referências

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The civic culture**: political attitudes in democracy in five nations. Boston & Toronto: Little, Brown and Co. 1963.

_____ (Eds). **The civic culture revisited**. London: Sage, 1989.

BAQUERO, Marcello. Democracia, cultura e comportamento político: uma análise da situação brasileira In: **Democracia: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; 2002. p. 105-138

----- Construindo uma outra sociedade no Brasil. O papel do capital social na estruturação de uma cultura política participativa. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 21, p. 83-108, nov. 2003. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rsocp/n21/a07n21.pdf>. Acesso em: 26 jun 2016.

BAQUERO, Marcello e PRÁ, Jussara Reis. **A democracia brasileira e a cultura política no Rio Grande do Sul**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2007

EASTON, David. A Re-Assessment of the Concept of Political Support. **British journal of Political Science**, v. 5, n. 4, p. 435-457, Oct. 1975.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos). **Tempo social**; São Paulo, v. 13, n. 2, p. 121-142, novembro de 2001.

_____. Como trabalhar com raça em sociologia. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 93-107, jan/jun 2003.

KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões Subjetivas da Política: Cultura Política e Antropologia da Política. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v.13, n. 24, 1999.

LATINOBARÔMETRO, Corporação. **Banco de dados 2011**. Disponível em: <<http://www.latinobarometro.org/lat.jsp>>. Acesso em: 26 jun 2016.

MOISÉS, José Álvaro. **Os brasileiros e a democracia**: bases sócio-políticas da legitimidade democracia. São Paulo: Editora Ática, 1995.

_____. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. **RBCS**, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 11-43, fev. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092008000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 jun 2016.

_____. **Democracia e confiança**: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas? São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2010.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección SurSur. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf>>. Acesso em: 26 jun 2016.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. **Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil**. Maringá: Eduem, 2011.

SANTOS, Gevanilda. **Relações raciais e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

SOUZA, Amaury de. Raça e política no Brasil urbano. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. XI, n. 4, p. 61-70, out. - dez. 1971.